

Mapeamento de Iniciativas Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

2022-2023



Governo Aberto na
Cidade de São Paulo

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Monitoramento da Política Pública de Cotas Raciais

Status: Em implementação

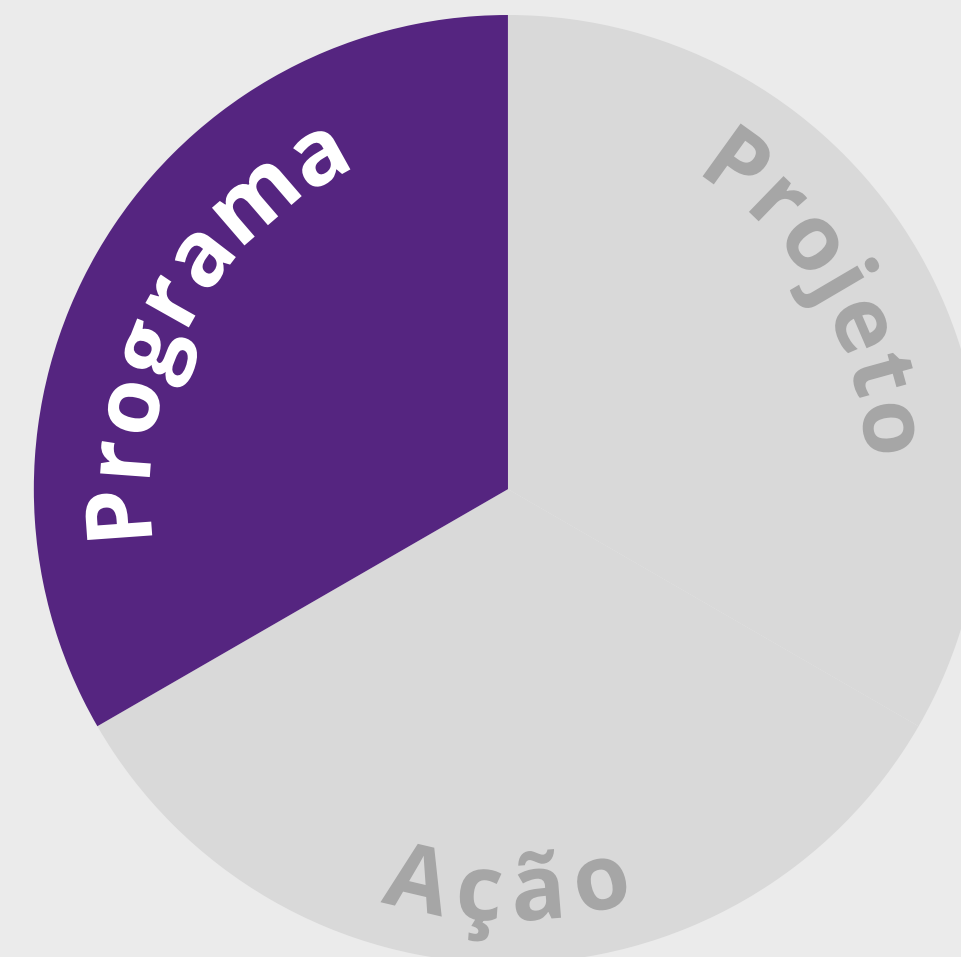
Princípios

Transparência

Participação Cidadã

Accountability

Classificação da iniciativa



Uso Intensivo de Tecnologia

Sim

Não

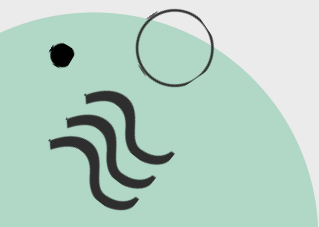


Objetivo: A iniciativa, implementada por meio da Coordenação de Promoção da Igualdade Racial (CPIR), tem como objetivo monitorar a implementação da Lei Municipal nº 15.939/2013, regulamentada pelo Decreto nº 57.557/2016, que prevê a reserva de 20% das vagas no serviço público municipal para pessoas negras, abrangendo cargos (efetivos e em comissão) e postos de estágio profissional, no âmbito da Administração Direta e Indireta.

Justificativa: O Decreto nº 57.557/16 determina a elaboração de relatório anual, sendo fundamental que tal informação seja disponibilizada à sociedade.

Público-alvo: Sem público específico.

Escopo: Aproximadamente 125 mil servidores públicos municipais, além da população em geral.



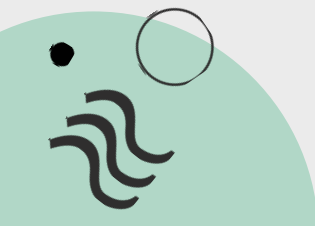
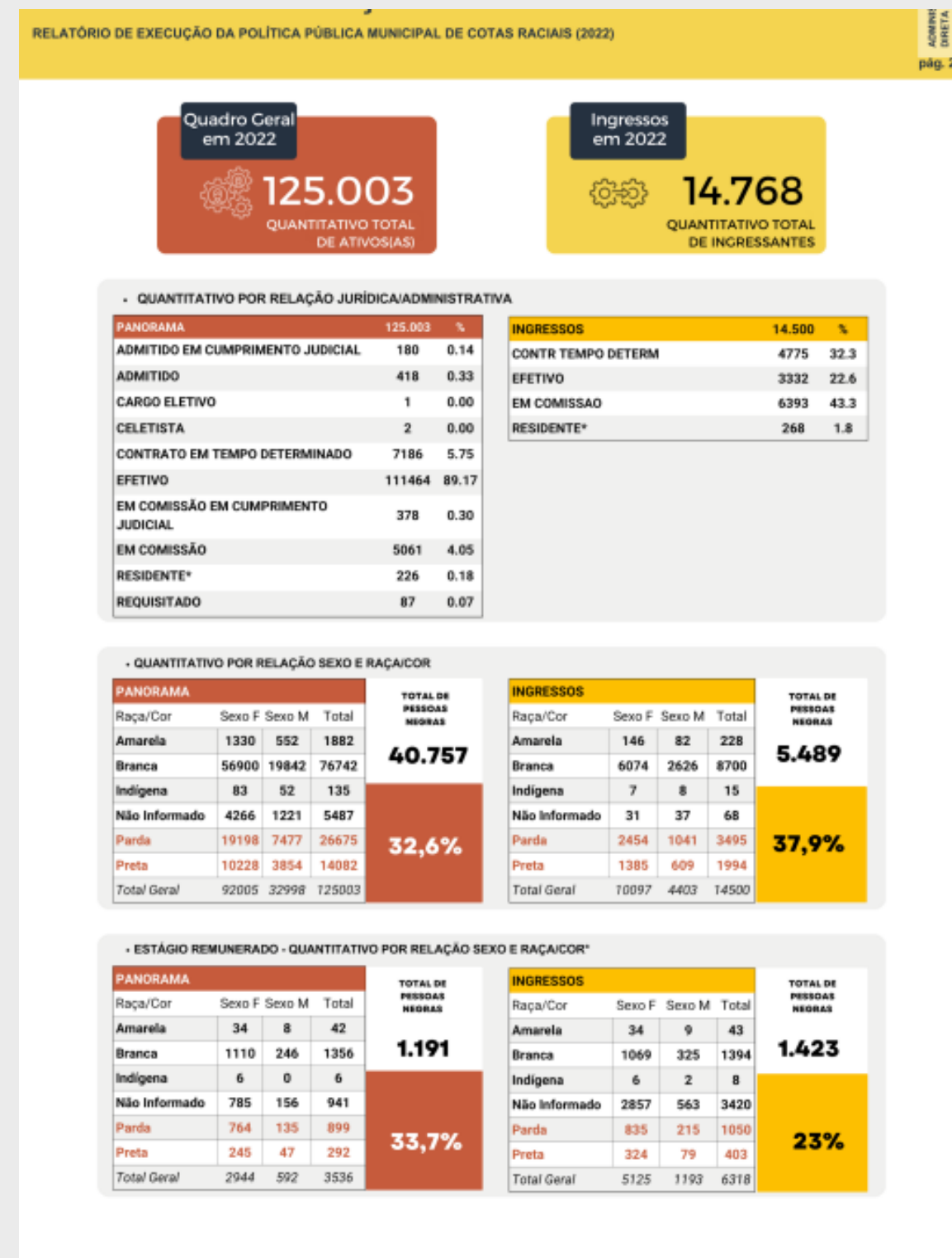
Custo estimado: Não informado.

Outros órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Gestão e Procuradoria Geral do Município, órgãos integrantes da Comissão de Acompanhamento da Política Pública de Cotas.

Outras áreas ou departamentos envolvidos: Coordenação de Promoção da Igualdade Racial (SMDHC) e Departamento de Planejamento e Gestão de Carreiras (SEGES).

Entidades da sociedade civil envolvidas: Apesar da previsão sobre representações civis na Comissão de Acompanhamento da Política Pública de Cotas (CAPPC), sua composição não é constituída a partir de entidades

Descrição do uso de tecnologia: No momento, a CPIR busca interlocuções para identificação de ferramentas de tecnologia e informação.



Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Comitê Intersecretarial para Identificação de Políticas em HIV/Aids

Status: Em implementação

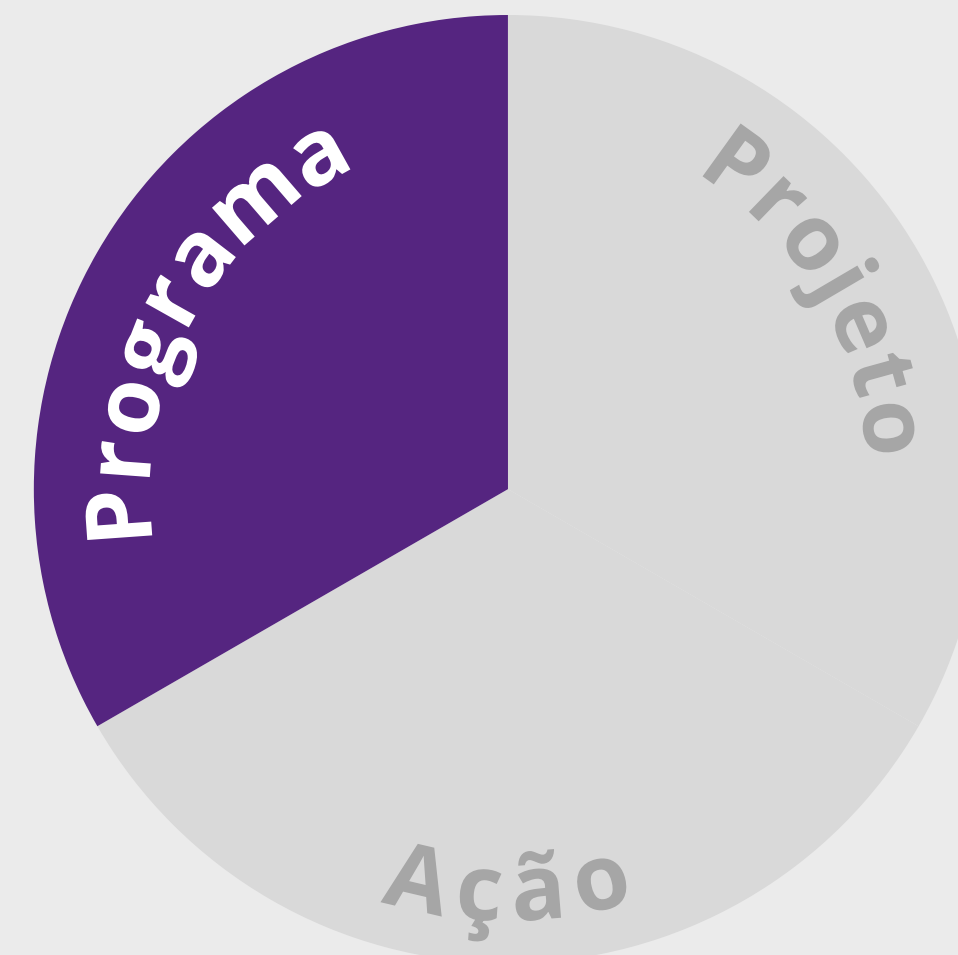
Princípios

Transparência

Participação Cidadã

Accountability

Classificação da iniciativa



Uso Intensivo de Tecnologia

Sim

Não



Objetivo: Identificar políticas de saúde existentes e alinhar o conteúdo aos contextos sociais do público-alvo para permitir a sua inclusão, considerando as questões de prevenção e tratamento do HIV e a não interferência no diagnóstico e tratamento.

Justificativa: Inclusão de pessoas - em distintas formas de vulnerabilidade - em políticas de Direitos Humanos.

Público-alvo: Minorias (LGBTQi+, indígenas, imigrantes, pessoas com deficiência, etc.).

Escopo: Aproximadamente 50 mil pessoas que possuem o vírus do HIV/AIDS se beneficiam das políticas trabalhadas pelo Comitê.

Custo estimado: Não informado.

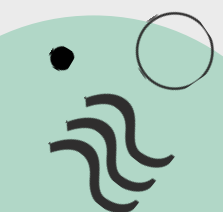


Outros órgãos envolvidos: Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social, de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, de Justiça, de Mobilidade e Transportes, de Habitação, e de Saúde.

Outras áreas ou departamentos envolvidos: Coordenação de Políticas para LGBTI+ (SMDHC) e Coordenadoria de IST/Aids (SMS);

Entidades da sociedade civil envolvidas: Fórum de ONGs AIDS do Estado de São Paulo (FOAESP) e Movimento de ONGs AIDS da Cidade de São Paulo (MOPAIDS).

Descrição do uso de tecnologia: Não se aplica.



Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Orçamento Criança e Adolescente (OCA) e Orçamento Primeira Infância (OPI)

Status: Em implementação

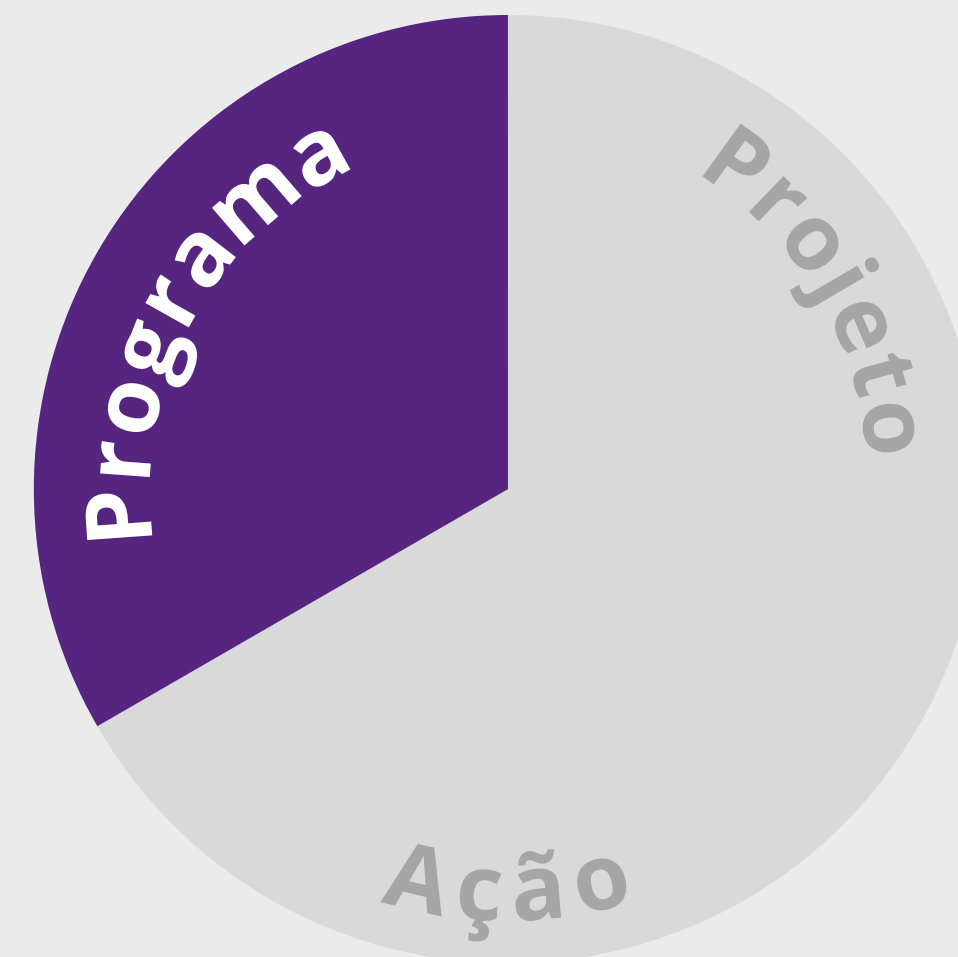
Princípios

Transparência

Participação Cidadã

Accountability

Classificação da iniciativa



Uso Intensivo de Tecnologia

Sim

Não



Objetivo: Possibilitar a identificação dos gastos públicos destinados à promoção, proteção e à garantia de direitos de crianças e adolescentes (OCA/6 a 18 anos incompletos) e de crianças da primeira infância (OPI/0 a 6 anos incompletos).

Justificativa: Trazer mais transparência aos recursos públicos, considerando que o Relatório de Execução Orçamentária não permite a leitura efetiva dos gastos com crianças e adolescentes nem é uma ferramenta de amplo acesso. Como ferramenta de gestão, contribuir com a transparência e o controle social dos gastos públicos destinados aos públicos citados.

Público-alvo: Crianças e adolescentes.



Escopo: Gestores públicos, pesquisadores, sociedade civil em geral. Os relatórios ficam disponíveis no site de SMDHC para consulta.

Custo estimado: Não informado.

Outros órgãos envolvidos: Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social, de Cultura, de Educação, de Esportes e Lazer, de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, de Desenvolvimento Urbano, de Fazenda, de Governo, de Habitação, de Infraestrutura e Obras, de Inovação e Tecnologia, de Justiça, de Mobilidade e Transportes, da Pessoa com Deficiência, da Saúde, de Segurança Urbana; das Subprefeituras, de Turismo, e do Verde e do Meio Ambiente;

Outras áreas ou departamentos envolvidos: Em SMDHC, as áreas de CPCA e CPI. Nas outras secretarias, pontos focais especialistas em orçamento.

Entidades da sociedade civil envolvidas: Fundação Abrinq (forneceu a metodologia-base)

Descrição do uso de tecnologia: Excel (Microsoft); uso é inovador visto que são os primeiros orçamentos temáticos do município de São Paulo.



Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Transparência Ativa do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA)

Status: Em implementação

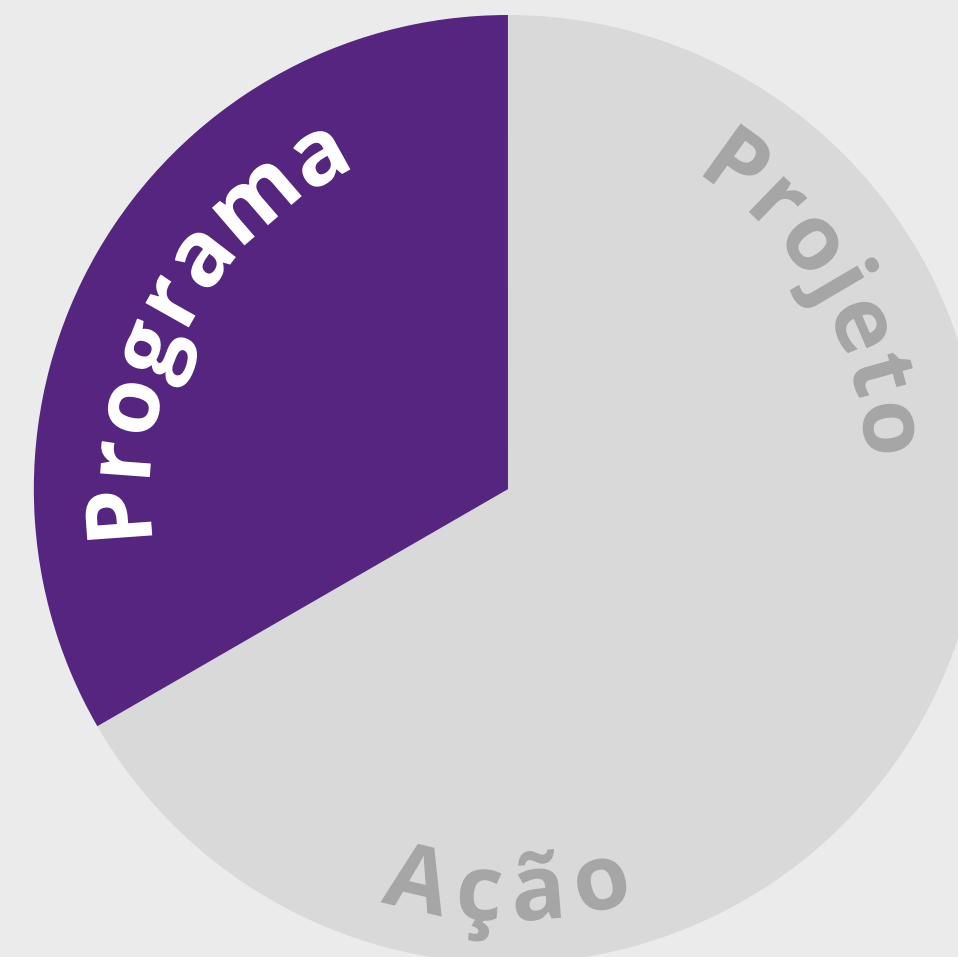
Princípios

Transparência

Participação Cidadã

Accountability

Classificação da iniciativa



Uso Intensivo de Tecnologia

Sim

Não



Objetivo: Promover o fluxo de Transparência Ativa de informações e, assim, promover também uma maior participação da sociedade civil nas decisões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) e sobre os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMCAD).

Justificativa: O CMDCA é um importante órgão deliberativo, fundamental para monitorar e financiar políticas, programas e projetos de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Com temática transversal em diversas pastas, é também o órgão gestor do FUMCAD, um dos fundos com maior montante de recursos para projetos na cidade.

Público-alvo: Crianças e adolescentes.

Escopo: Indiretamente, as iniciativas impactam mais de 2 milhões de crianças e adolescentes.



Custo estimado: Não há custos.

Outros órgãos envolvidos: Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social, de Justiça, da Fazenda, da Saúde, de Educação, de Cultura, e de Esportes e Lazer.

Outras áreas ou departamentos envolvidos: Departamento de Gestão de Parcerias (Gestão de Parcerias e Divisão de Análise de Contas), Departamento de Participação Social, Secretaria-Executiva do CMDCA, Coordenadoria de Planejamento e Informação e Assessoria de Comunicação.

Entidades da sociedade civil envolvidas: Associação Beneficente Santa Fé, Fundação Dorina Nowill para Cegos, Congregação da Santa Cruz, Sociedade Santos Mártires, Instituto Edificando, Instituto Qtal, Associação de Moradores da Vila Arco Irís, Fundação Comunidade da Graça, Instituto Brandão Cultura, Esporte e Assistência Social, Centro de Treinamento das Vidas, Associação dos Servidores do Hospital das Clínicas e Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (ABRALE);

Descrição do uso de tecnologia: Não informado.



Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

